

DÉFICIT HABITACIONAL COM BASE NOS DADOS DO CADÚNICO 2021

Guilherme Ribeiro Guerra¹
Evelyn de Castro Cruvinel²
Murilo Rosa Macedo³

INTRODUÇÃO

O mundo está passando por um momento de crescimento populacional que deve se estender até 2080, pois, segundo projeções da ONU (2022), até a chegada desse ano, o mundo terá cerca de 10,4 bilhões de habitantes. Esse é um desafio significativo para gestores de políticas públicas e tomadores de decisão, por ser uma questão delicada que envolve muitas questões políticas, econômicas, ambientais e sociais.

Os impactos causados pelo grande número de habitantes não têm previsão de acabar nos próximos anos, portanto, caso as estimativas propostas pela ONU ocorram, a previsão é de que o mundo passe por dificuldades cada vez maiores para solucionar os problemas atuais e futuros.

No Brasil a situação não é diferente. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, 84,72% da população brasileira vivia em cidades e isso implicava em questões ambientais, econômicas e sociais, como o déficit habitacional. Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2019), 5,876 milhões de moradias no Brasil se encontram em situação de déficit, de um total de mais de 73 milhões de moradias.

O déficit habitacional vai muito além da falta de moradia. O tipo ou condição encontrada no domicílio, bem como o gasto da família com aluguel também são aspectos que podem caracterizar uma condição de déficit habitacional. Desta forma, existem 5 tipos possíveis de déficit habitacional que serão mensurados nessa pesquisa, quais sejam: imóvel rústico, improvisado, adensamento, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel.

1. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é apresentar e analisar os dados do déficit habitacional em Goiás com base nos dados do CadÚnico de 2021. O déficit habitacional calculado pelo Instituto

¹ Estagiário do IMB. Graduando em Geografia pela UFG. E-mail: guilherme.guerra@goias.gov.br

² Pesquisadora em Estatística do IMB. Especialista em Matemática e Mestre em Estatística. E-mail: evelyn.cruvinel@goias.gov.br

³ Pesquisador em Ciências Sociais do IMB. Especialista em Políticas Públicas e Mestre em Sociologia. E-mail: murilo.rmacedo@goias.gov.br

Mauro Borges (IMB) utiliza como base para o cálculo o CadÚnico pois este cadastro é uma fonte importante para base de cálculos sobre questões sociais, que envolvem a população de mais baixa renda e maior vulnerabilidade social.

De acordo com o governo federal, o CadÚnico é uma forma de se ter o registro das famílias mais pobres e um meio de conhecer melhor as condições de vida delas. A aplicabilidade das políticas públicas voltadas para essa parcela da população se torna mais eficaz, posto que as informações do CadÚnico, se bem coletadas, fornecem dados importantes para execução das políticas sociais.

2. METODOLOGIA

A metodologia⁴ utilizada pelo Instituto Mauro Borges se baseia no método utilizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves que consiste na utilização dos dados do CadÚnico, para a realização do cálculo do número de pessoas em déficit habitacional no estado de Goiás. Esta é a quarta versão do cálculo do déficit habitacional publicada pelo IMB⁵. As versões anteriores foram publicadas nos anos de 2017, 2018 e 2021 e encontram disponíveis no site do instituto.

A partir desse modelo de cálculo, pode-se ter uma visão mais detalhada sobre a realidade vivida pela população de baixa renda. Neste estudo, é considerada família de baixa renda aquela cuja renda per capita é de meio salário mínimo ou, no máximo, 3 salários mínimos, por família.

De acordo com as características dos domicílios, são identificadas 5 categorias diferentes de déficit habitacional, a saber:

1. Ônus Excessivo Com Aluguel Urbano
2. Domicílios Improvisados
3. Coabitação Familiar
4. Domicílios Rústicos
5. Adensamento Excessivo em Domicílios Alugados

Importante ressaltar que esse modelo de cálculo do déficit não revela a real situação do estado, pois existe a possibilidade de que nem todas as famílias de baixa renda estejam cadastradas no CadÚnico, o que pode gerar uma subnotificação do total real de pessoas vivendo em déficit habitacional.

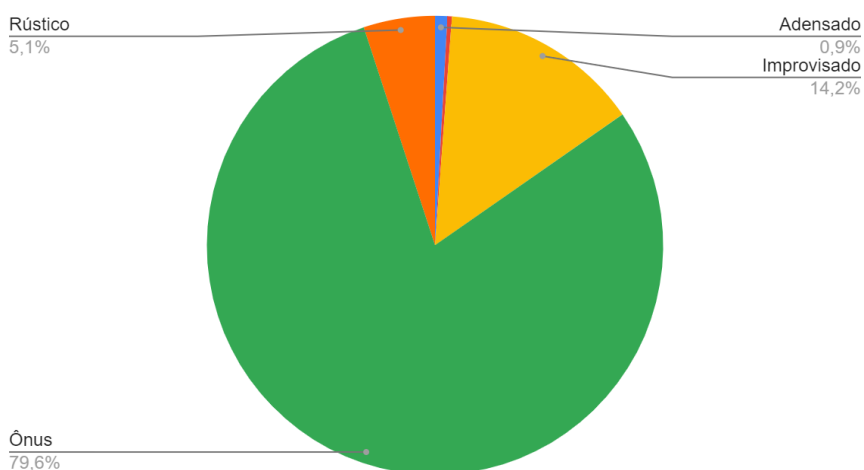
⁴ Uma descrição mais detalhada da metodologia e da forma de cálculo do presente estudo pode ser encontrada em sua primeira versão, disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/deficit-habitacional-em-goias-uma-analise-do-cadunico-novembro-2018.pdf>

⁵ A parti deste ano foi construído um painel de indicadores sobre a situação do déficit habitacional em Goiás. No painel é possível encontrar dados de todos os anos em que foi construídos o índice bem como fazer diferentes buscas e comparações a níveis municipais e regionais. Ademais, pode-se verificar os dados a partir de domicílios, pessoas e analisar o todos os componentes do déficit habitacional. Os painéis estão disponíveis em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=216

3. RESULTADOS DO DÉFICIT HABITACIONAL EM GOIÁS

Pouco mais de 6% da população goiana sofre com algum tipo de déficit em suas casas, número que obteve aumento em relação ao ano passado. A maior parte do problema é causada pelo ônus excessivo com aluguel. A partir dos dados analisados, o gasto excessivo com aluguel representa mais de 79% do índice de domicílios em situação de déficit no estado de Goiás, no ano de 2021. Importante ressaltar que este foi o único tipo de déficit habitacional que apresentou aumento (4%), em Goiás, desde o início da série histórica em 2017.

Gráfico 1: Composição do Déficit Habitacional em Goiás 2021

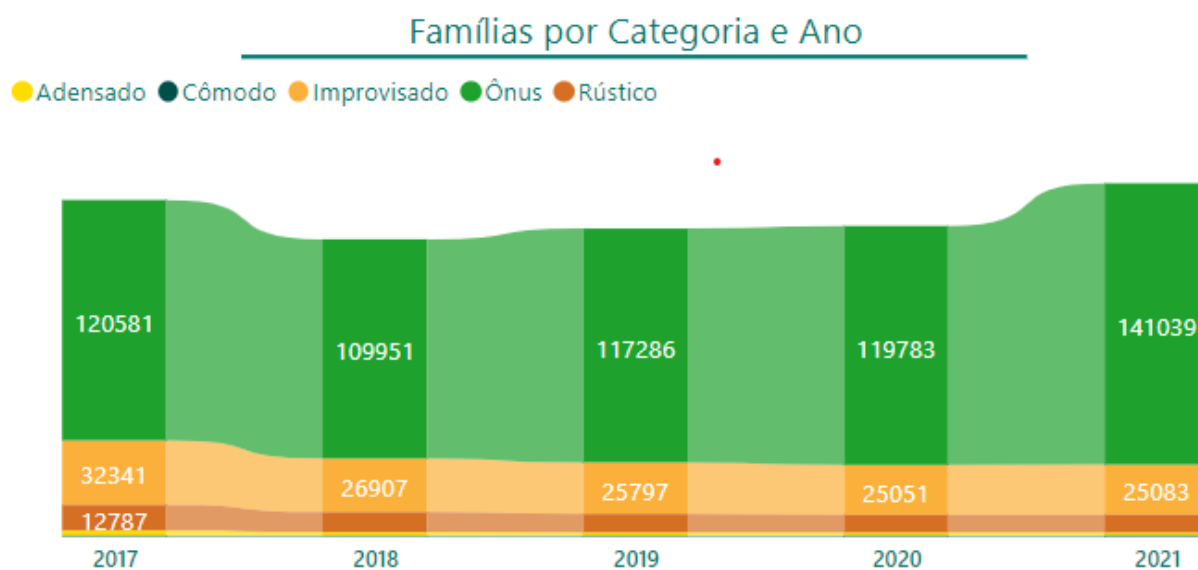


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

O gráfico 2, abaixo, mostra o número de famílias por situação de déficit habitacional entre 2017 e 2021 em Goiás. Nota-se que há grande aumento de famílias em situação de déficit por ônus de aluguel no ano de 2021. Ao mesmo tempo, ao longo da série histórica, há tendência de diminuição dos outros tipos de déficit. Isso demonstra uma melhora nas condições de habitação no estado nestes últimos 5 anos. Porém, revela-se outro problema, qual seja, o custo elevado da habitação para as famílias goianas.

Gráfico 2: Número de Famílias vivendo em Déficit Habitacional, por categoria de déficit e ano, em Goiás

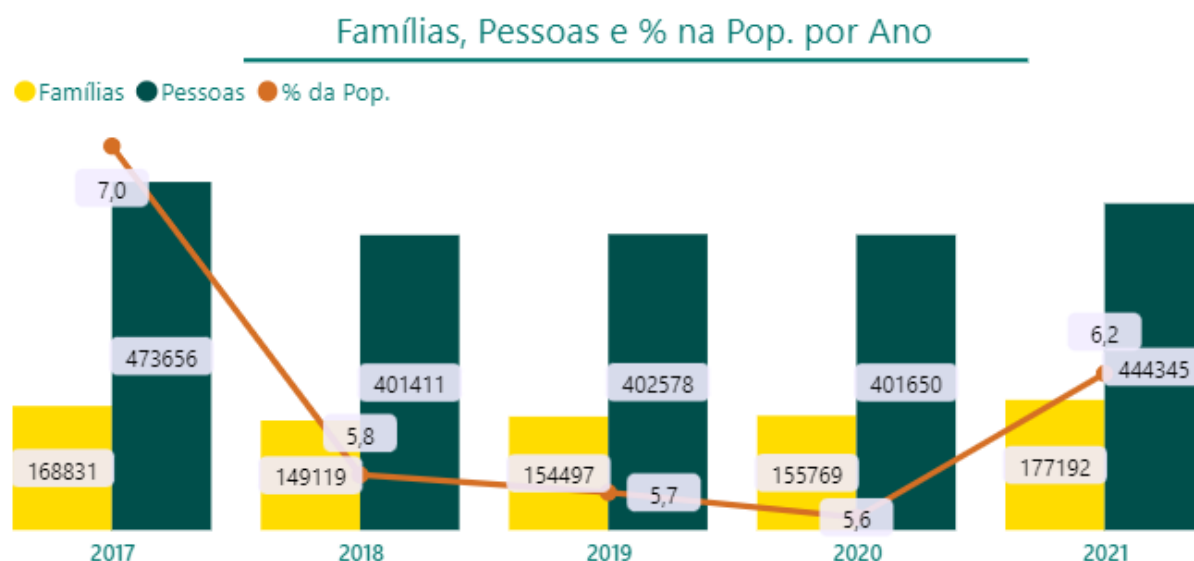


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

O gráfico 3 mostra tanto os números absolutos de pessoas e famílias em situação de déficit quanto a participação percentual das pessoas nessa condição com relação à população total do estado. A análise dos dados revela que havia uma tendência de diminuição de déficit habitacional no estado até o ano de 2021 quando o percentual de pessoas em déficit sofre uma forte alta, passando de 5,6% das pessoas residentes em Goiás para 6,2%. Em números absolutos, isso quer dizer que houve um acréscimo de 42.695 pessoas em situação de déficit entre 2020 e 2021. Ainda assim, o valor fica relativamente distante dos 473.656 pessoas ou 7% da população estadual do início da série histórica, em 2017.

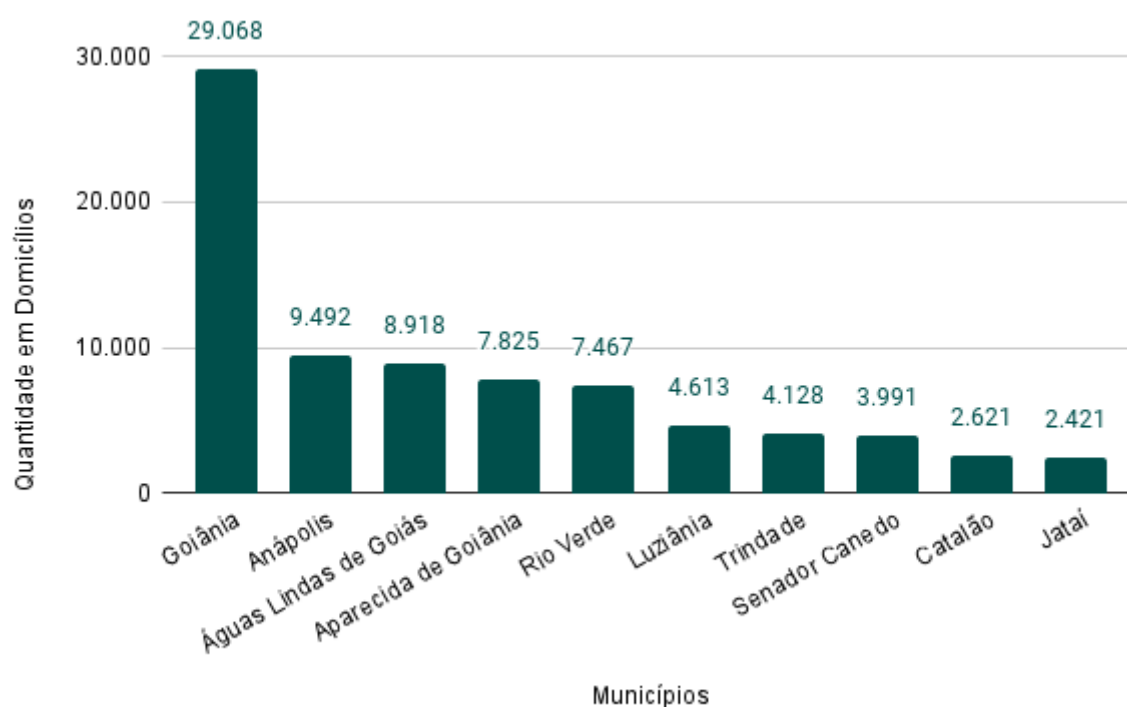
Gráfico 3: Número de famílias, pessoas e percentual de participação de pessoas, na população total do estado de Goiás, em situação de déficit – 2017 a 2021.



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

Gráfico 4: Número de Domicílios em Déficit Habitacional por Município 2021



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

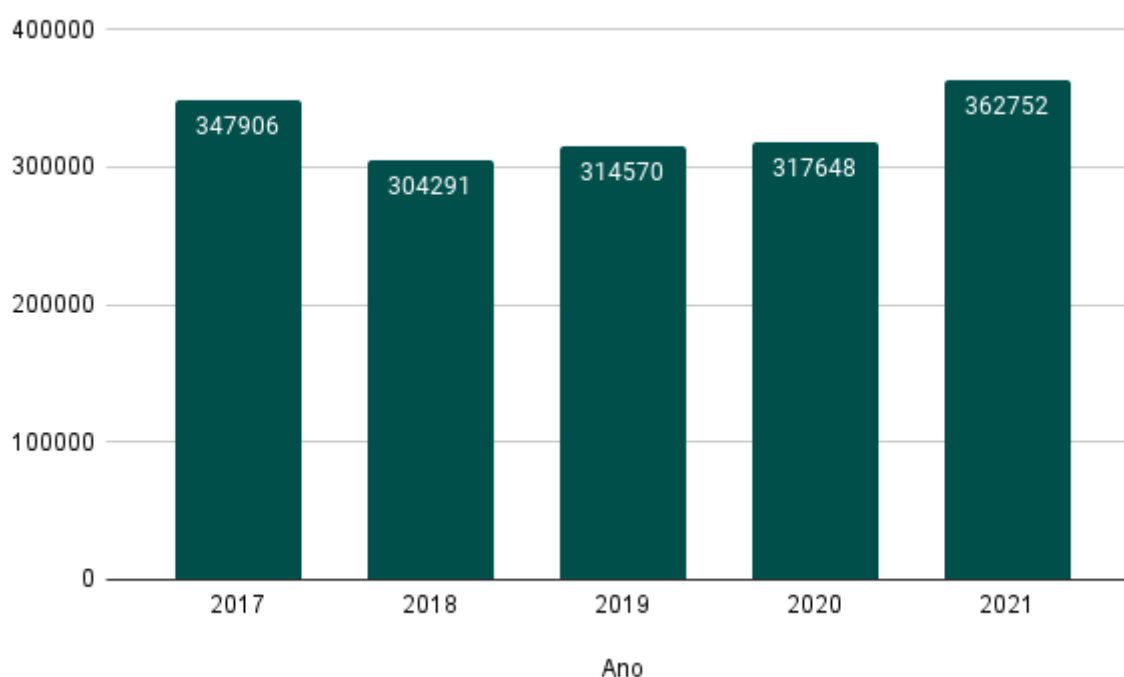
Em números absolutos de domicílios em situação de déficit, Goiânia acaba sendo o destaque negativo nesse sentido, por ser a maior cidade e capital do estado. Há 29.068 domicílios na capital estadual com algum tipo de déficit. Nos segundo e terceiro lugares ocorreu

uma mudança, Anápolis assumiu o segundo lugar colocando Águas Lindas de Goiás em terceiro, com 9.492 e 8.918 domicílios com algum tipo de déficit, respectivamente.

Não houve alteração do 4º ao 6º colocados, porém, todos os três municípios apresentaram aumentos nos números absolutos de domicílios em déficit. Aparecida teve um aumento de 7.129 para 7.825; Rio Verde de 6.752 para 7.467; e Luziânia de 3.923 para 4.613, respectivamente, o 4º, 5º e 6º colocados.

No restante do top 10, Senador Canedo passou Trindade, Catalão se manteve em 9º e Jataí passou a ser o 10º município com mais domicílios em déficit, assumindo o lugar de Formosa neste ranking.

Gráfico 5: Pessoas Vivendo em Situação de Ônus Excessivo com Aluguel Urbano

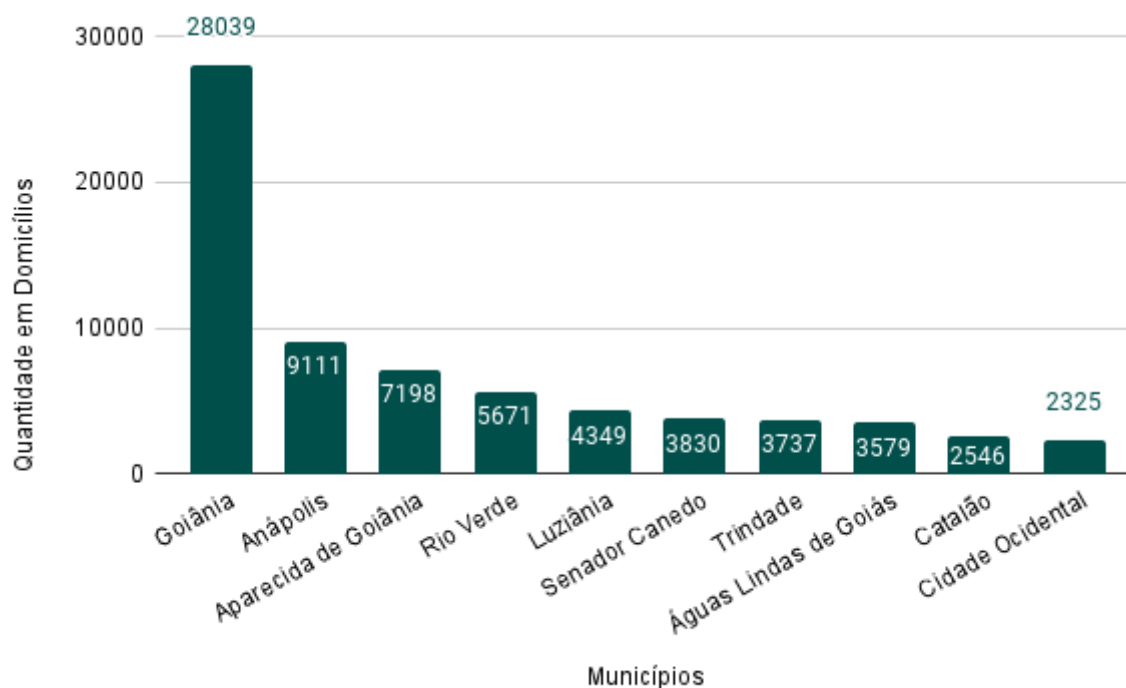


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

O ônus excessivo por aluguel é o componente com maior presença nos domicílios do estado. Este tipo de déficit representa 79% do total no ano de 2021, um aumento de 12% em comparação ao ano de 2020 e de 4%, em relação ao primeiro ano analisado. No gráfico 5, pode-se notar o expressivo aumento de 42.104 pessoas a mais vivendo com ônus excessivo de aluguel entre 2020 e 2021. O ano de 2021 apresenta o maior número de pessoas nessa situação com 362.752.

Gráfico 6: Número de domicílios em situação de Ônus Excessivo em 2021



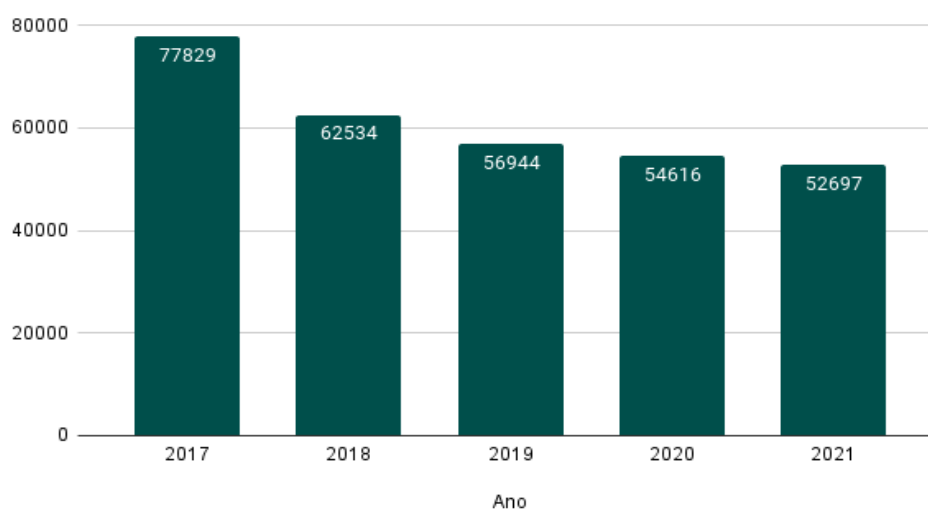
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

Algumas cidades da Região Metropolitana de Goiânia apresentam taxa acima de 90% de déficit relacionado ao ônus: Nerópolis 97,54%, Goianira 96,58%, Goiânia 96,46%, Senador Canedo 95,96%, Aparecida de Goiânia 91,89% e Trindade com 90,52%. Um grande problema do ponto de vista da dinâmica social e econômica dessa região, pois é o polo que detém o maior contingente populacional do estado e a maior porcentagem do PIB estadual. No entanto, os dados mostram a dinâmica do mercado imobiliário da capital e a estrutura de salários e rendimentos dessas cidades causam problemas graves de habitação para a população residente. Outra região que se destaca é o Entorno do Distrito federal que apresenta 3 cidades entre as 10 maiores com o ônus excessivo de aluguel.

Existem também alguns municípios importantes no estado, do ponto de vista econômico e social, com uma grande proporção de domicílios com déficit relacionado ao ônus em outras regiões do estado que seguem o padrão apresentado na Região Metropolitana de Goiânia. Destacam-se nesse sentido: Anápolis 95,98%, Luziânia 94,27%, Caldas Novas 91,64%, Planaltina 89,47%, Jataí 78% e Rio Verde com 75,94%.

Gráfico 7: Número de Pessoas vivendo em Domicílios Improvisados

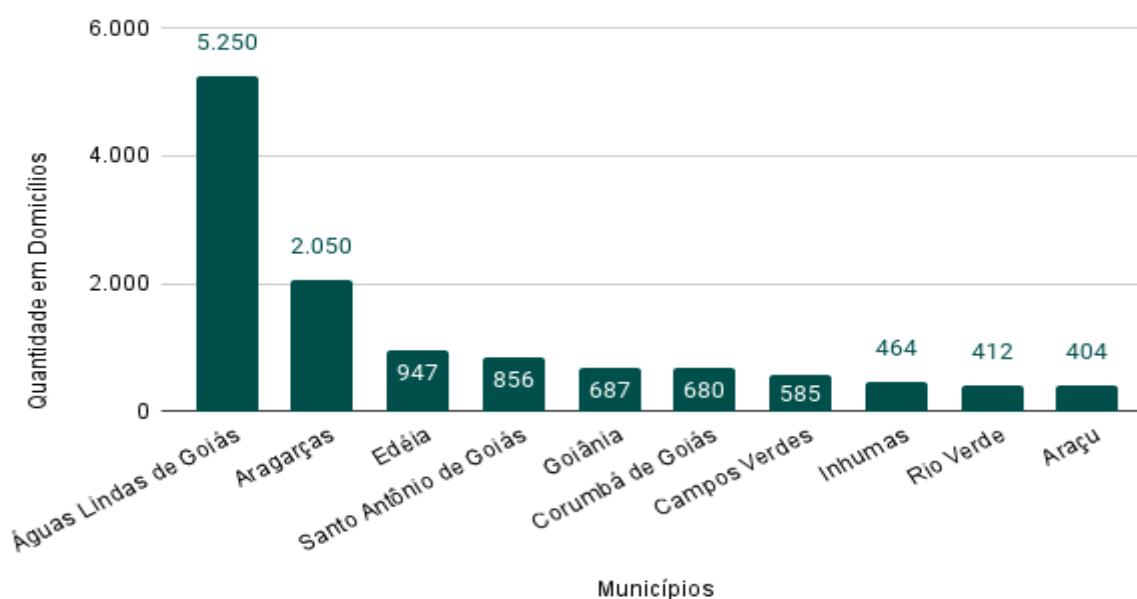


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

Os domicílios em estado de improviso têm a segunda maior participação no Déficit do Estado, representando pouco mais de 14% de todo o índice. Por outro lado, esse componente apresenta uma queda de, aproximadamente, 32,3% desde 2017, ano inicial da série temporal analisada. Em 2021, 52.697 pessoas viviam em domicílios improvisados no estado, uma queda constante desde as 77.829 pessoas vivendo nessa situação em 2017. Isso indica uma relativa melhora nas condições de habitação em Goiás no período analisado.

Gráfico 8: Número de Domicílios Improvisados em 2021



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

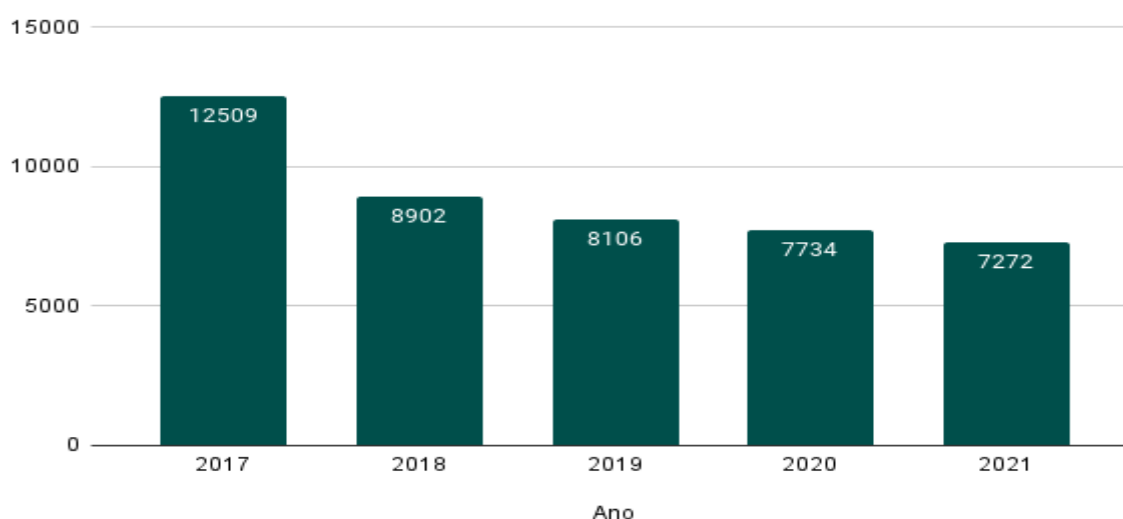
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

Dos municípios analisados, há aqueles em que não há predominância do Ônus por aluguel, são municípios que apresentam domicílios improvisados como maior condicionante para o déficit habitacional. O destaque negativo fica para Águas Lindas de Goiás, pois além de ser o sexto maior município do estado, no quesito população, expõe uma taxa de 64% dos domicílios improvisados, sendo a maior causa do déficit para esta localidade e possui mais da metade dos domicílios improvisados do segundo colocado, Aragarças. Manifestam números relevantes também: Aragarças, 97,61%; Santa Rosa de Goiás, 94,2%; Santo Antônio de Goiás, 93,75%; e Itaguaru, com 92%.

O adensamento excessivo representa uma fatia muito pequena do déficit, compondo menos de 1% desse componente. Apesar de mostrar uma baixa participação na composição do índice, apresentou uma queda de 40%, de 2017 até 2021, no número de pessoas vivendo em situação de adensamento.

Esse é um problema que está mais relacionado às características socioeconômicas do que estruturais. Afinal, são pessoas muito pobres vivendo em situação precária para “economizar”, visto que pagam somente um aluguel, diferente dos outros índices, como os Domicílios Improvisados e os Domicílios Rústicos que apresentam características relacionadas às suas estruturas em si.

Gráfico 9: Número de Pessoas vivendo em Situação de Adensamento Excessivo em Domicílios Alugados

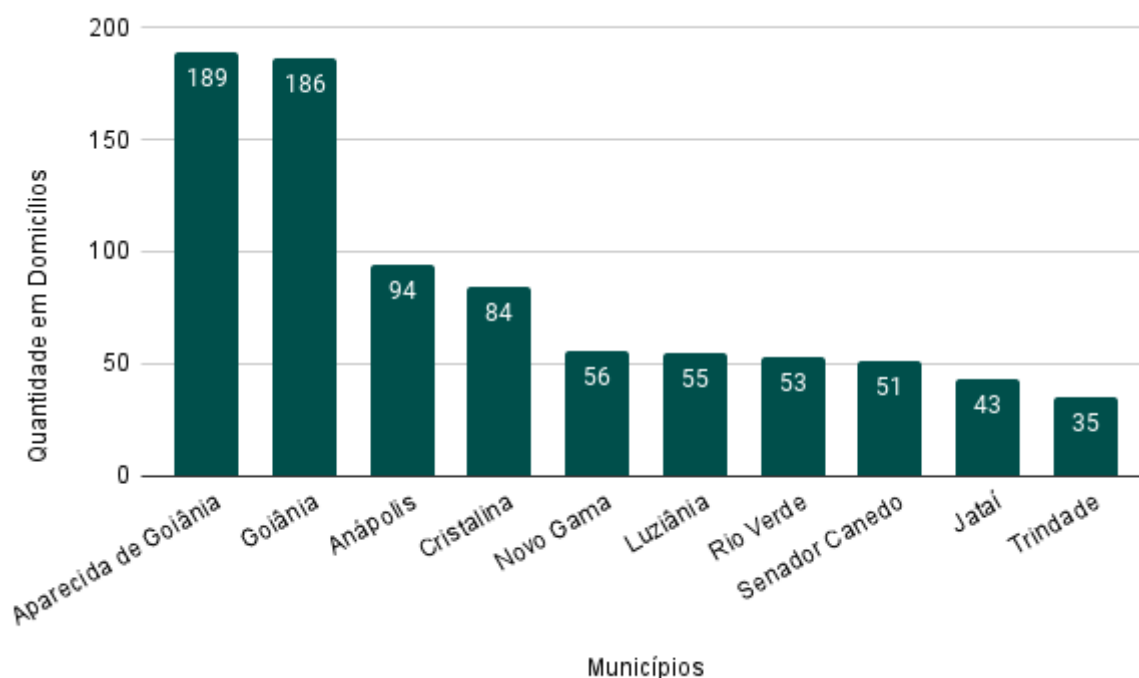


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

No gráfico 9 acima, nota-se a queda constante também nas situações de adensamento excessivo dentro dos domicílios. Se em 2017 havia 12.509 pessoas inscritas no CadÚnico vivendo em adensamento excessivo, em 2021 havia apenas 7.272 pessoas nessa situação.

Gráfico 10: Número de domicílios em situação de Adensamento Excessivo em domicílios alugados em 2021



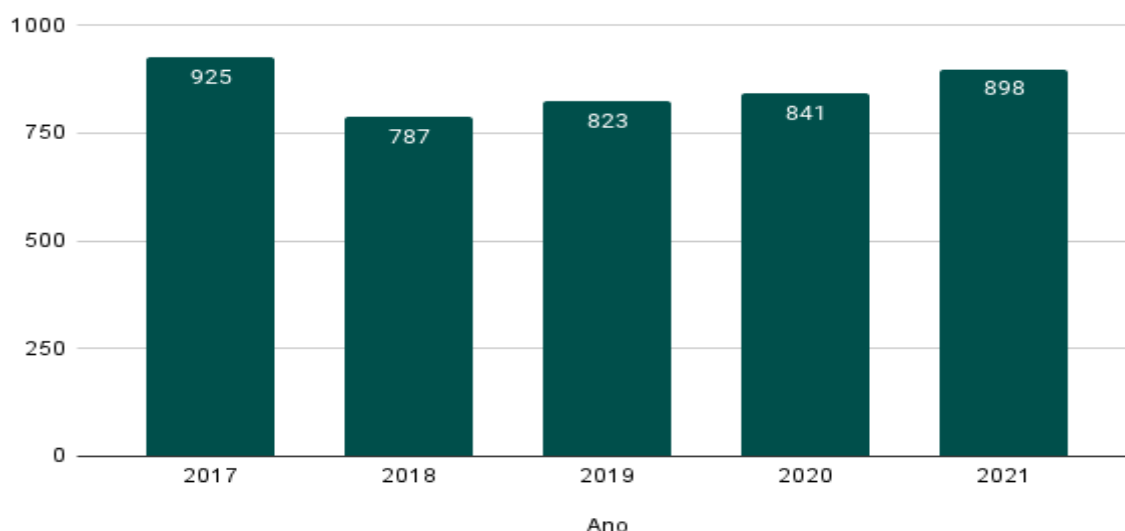
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

O adensamento excessivo tem predominância nos maiores municípios do estado, com destaque negativo para Aparecida de Goiânia, em primeiro, e Goiânia, em segundo. Sozinhos, concentram 44% do déficit, levando em conta os 10 maiores municípios nesse quesito. Ainda que seja um número relativamente pequeno de pessoas vivendo nessa situação é um fato relevante para a melhora na condição de vida dessas famílias.

A situação de coabitação familiar está presente em menos de 0,5% dos domicílios goianos, sendo a menor parcela do índice no estado de Goiás. Essa situação apresentou queda de aproximadamente 15%, de 2017 para 2018. Porém, no gráfico 11 abaixo, nota-se que a partir de 2018 há uma tendência de alta constante nesse tipo de déficit habitacional. Se em 2018 havia 787 pessoas vivendo em coabitação, este número passa a 898 pessoas em 2021.

Gráfico 11: Número de Pessoas vivendo em Domicílios em Coabitação Familiar

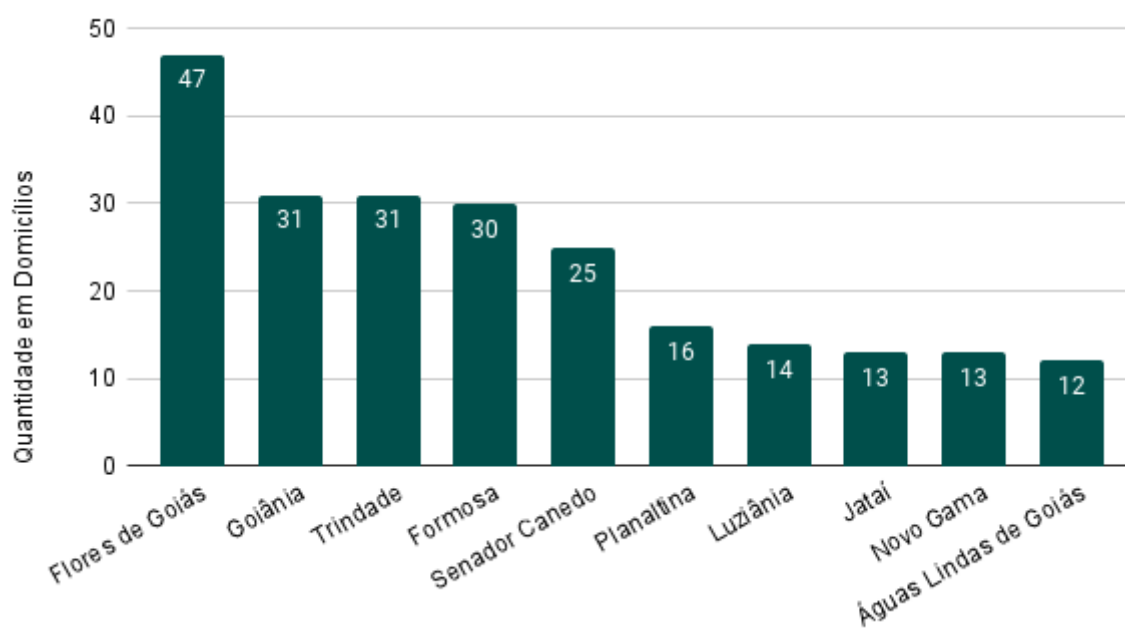


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

A partir dos dados analisados no gráfico 12, percebe-se que a Região Metropolitana de Goiânia e o Entorno de Brasília detém 8 dos 10 municípios com a maior concentração desse componente. Chama a atenção o município líder nesse quesito, Flores de Goiás. Não apenas por ser o líder como também por ser uma cidade pequena e longe dos grandes centros urbanos do estado, ao contrário dos outros municípios que figuram entre os 10 maiores déficits por coabitação familiar.

Gráfico 12: Número de domicílios em situação de Coabitação Familiar em 2021

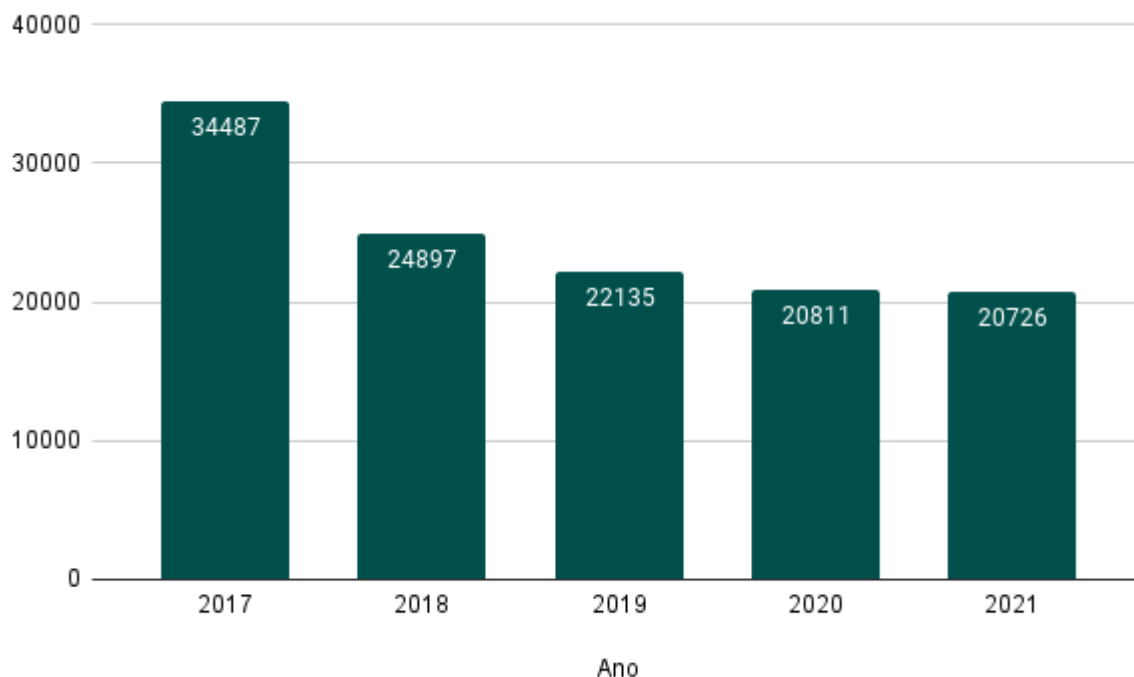


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

Por fim, o número de domicílios rústicos segue a tendência de todos os tipos de déficit (à exceção do ônus com aluguel) e apresentou uma redução de quase 40% desde o início da série histórica. Em 2021, estão presentes em pouco mais de 5% dos domicílios goianos em déficit.

Gráfico 13: Número de Pessoas Vivendo em Domicílios Rústicos



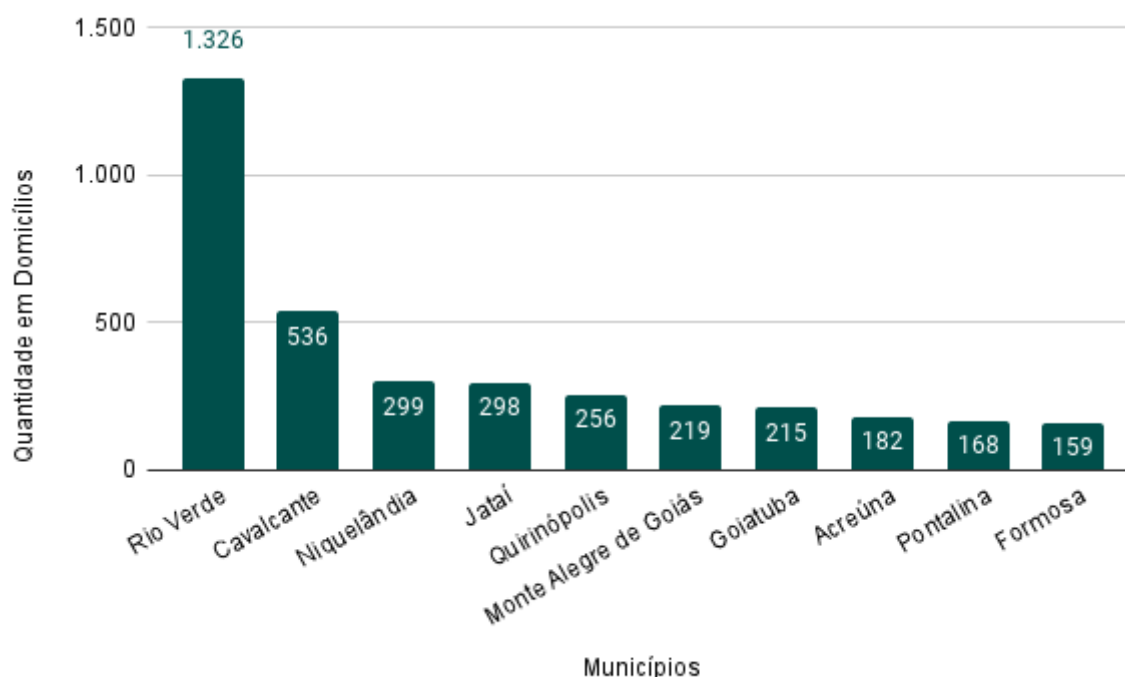
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

Dentro dos municípios, o destaque negativo nesse componente fica para Rio Verde com 1.326 domicílios nessa situação. Quinto no lugar no total de domicílios em situação de déficit habitacional entre os municípios goianos, Rio Verde chama a atenção pela diversidade dos componentes que se localizam ali. Além de exibir o maior número de domicílios rústicos, está presente, também, em outros 3 componentes como um dos municípios com os maiores números, sendo eles: Adensamento, Ônus Excessivo com Aluguel Urbano e Domicílios Improvisados.

Outro município que chama a atenção é Cavalcante que ocupa o segundo lugar neste componente com 536 domicílios. De acordo com o gráfico 14 abaixo, os outros municípios que estão entre os 10 que apresentam mais domicílios rústicos habitados são Niquelândia, Jataí, Quirinópolis, Monte Alegre de Goiás, Goiatuba, Acreúna, Pontalina e Formosa.

Gráfico 14: Número de Domicílios Rústicos por município em 2021



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou dar continuidade à série histórica do déficit habitacional baseado no CadÚnico para o estado de Goiás. Este índice é relevante para o diagnóstico da situação habitacional no estado, em especial para as famílias de baixa renda. Dessa forma o estudo é importante para orientar as tomadas de decisão e a criação e implementação de políticas públicas voltadas para a questão da habitação no estado. Uma política pública fortemente influenciada pelo índice criado pelo IMB é o Aluguel Social, instituído em 2021 e que visa ajudar famílias de baixa renda a arcar com os gastos excessivos com aluguel, que, como vimos, é o maior componente de déficit habitacional no estado.

O déficit habitacional é um grave problema social que precisa da ação do poder público para sua resolução. Nota-se que este problema vinha em uma trajetória de declínio entre 2017 e 2020. A partir de 2021, no entanto, volta a haver aumento no déficit de modo que é importante manter a questão habitacional sempre como prioridade pública e social.

5. REFERÊNCIAS

ASSIS, Deire. **Goiânia, a cidade mais desigual**. 2012. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/goi%C3%A2nia-a-cidade-mais-desigual-1.194068>. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades, Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil (2016-2019)**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/> Acesso em: 6 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html> Acesso em: 6 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=acesso-ao-produto> Acesso em: 6 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Rural e Urbana**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html> Acesso em: 6 set. 2022.

BRASIL. Governo Federal, Serviços e Informações do Brasil. **Inscrever-se no Cadastro Único**. Brasília, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal> Acesso em: 6 set. 2022.

LIS, Laís. **Déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019, diz estudo**, G1. Brasília, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml> Acesso em: 6 set. 2022.

LOPES, Lis. **Quilombo Kalunga é reconhecido pela ONU como primeiro território no Brasil conservado pela comunidade**, G1. Goiás, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/02/11/quilombo-kalunga-e-reconhecido-pela-onu-como-primeiro-territorio-no-brasil-conservado-pela-comunidade.ghtml> Acesso em: 21 set. 2022.

ONU. Notícias da ONU, **População mundial chegará a 8 bilhões este ano, à medida que a taxa de crescimento diminui**, ONU. Nova Iorque, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/07/1122272> Acesso em: 6 set. 2022.

ONU. Nações Unidas Brasil, **População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU**, ONU. Brasília, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83427-populacao-mundial-deve-chegar-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu> Acesso em: 6 set. 2022.